

AVANÇO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA: DESDOBRAMENTOS SOCIOECONÔMICO E ESPACIAL

Edilson Almeida de Souza¹
Sônia Regina Romancini²

RESUMO

O presente estudo discute as mudanças socioeconômicas e espaciais que a modernização agrícola vem provocando na região amazônica. Buscamos identificar a função da ideologia no avanço da modernização agrícola; compreender a especificidade da nova relação campo-cidade; apresentar o nível de mudanças nas relações sociais de trabalho em função do avanço da modernização agrícola. A modificação das bases técnicas, das relações sociais de produção e a carência de políticas públicas e privadas realmente comprometidas com a população local têm gerado um número elevado de desempregados e formas precárias de ocupação. Como as cidades tendem a expressar tanto a riqueza como as contradições geradas no campo, o que vemos hoje nas cidades da Amazônia nada mais são do que o reflexo do desenvolvimento paradoxal desencadeado a partir de políticas efetivadas no campo. A valorização da cultura local e do conhecimento tácito, a diversificação da produção, a capacitação de recursos humanos e a agregação de valor aos produtos florestais, conduzidos por uma modernização profundamente comprometida com toda a sociedade, são desafios que se colocam na busca da compatibilização da expansão econômica com os princípios da sustentabilidade social e ambiental, de modo a conduzir ao desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Palavras-chave: Modernização agrícola. Desenvolvimento regional. Amazônia.

ABSTRACT

The present study if it considers to argue the partner-economic and space changes that the agricultural modernization comes provoking in the Amazon region. We search to identify the function of the ideology in the advance of the agricultural modernization; to understand the especificidade of the new relation field-city; to present the level of changes in the social relations of work in function of the advance of the agricultural modernization. The modification of the bases techniques, the social relations of production and the lack of public and private politics really compromised with the local population, has generated a high number of unemployed and precarious forms of occupation. As the cities tend to express the wealth in such a way as the contradictions generated in the field, what we today see in the cities of the Amazônia nothing more is of that reflected of the unchained paradoxical development from politics accomplished in the field. The valuation of the local culture and the tacit knowledge, the diversification of the production, the qualification of human resources and the aggregation of value to the forest products, lead for a deeply compromised modernization with all society, they are challenges that if place in the search of the compatibilização of the economic expansion with the principles of the social and ambient sustentabilidade, in order to lead to the sustainable development of the Amazônia.

Keywords: Agricultural modernization. Regional development. Amazônia.

1 Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, E-mail: edilsongeo@yahoo.com.br

2 Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso.

Introdução

A agricultura moderna vem impondo profundas mudanças socioeconômicas e espaciais na região amazônica, apoiada e sofisticadamente antecipada pela ideologia dominante, responsável por criar uma ambiência adequada ao amplo desenvolvimento de um novo modelo produtivo. O processo de modernização agrícola tem comportado um enorme aparato informacional, criando fixos e fluxos cada vez mais variados, multiplicando a informação de maneira ilimitada e instantânea, o que nem sempre propicia maior compreensão da realidade, muito pelo contrário, confunde uma leitura consciente da sociedade e do espaço.

A região amazônica vem se inserindo nessa nova organização espacial, podendo ser destacados alguns espaços dinâmicos, caracterizados pela adoção de um modelo racional e competitivo na agricultura. Esses espaços têm presenciado intenso processo de reestruturação socioeconômica, com destaque para as modernas técnicas produtivas, rompimento com as práticas de trabalho agrícola tradicional e ampliação da relação campo e cidade.

Nesse contexto, o presente estudo discute as mudanças socioeconômicas e espaciais que a modernização agrícola vem provocando na região amazônica. A partir dessa questão, buscamos identificar a função da ideologia no avanço da modernização agrícola nessa região; compreender a especificidade da nova relação campo-cidade em função da implementação das novas técnicas e apresentar o nível de mudanças nas relações sociais de trabalho em função do avanço da modernização agrícola.

Nesses termos, cabe a essa pesquisa investigar como o processo de modernização agrícola tem agido sobre as relações socioeconômicas e espaciais, particularmente, nas relações sociais de trabalho no espaço urbano amazônico.

Atualmente, parte expressiva dos dados da regulação agrícola se faz no urbano, o que demonstra a necessidade de estudo envolvendo sempre campo e cidade, para que se possa obter um resultado menos fragmentado e o mais próximo possível da realidade analisada. Por essa razão, o presente estudo pretende tramitar entre esses espaços, rompendo com a dicotomia entre eles, entendendo-os enquanto espaços de complementaridade.

O Processo Ideológico da Modernização Agrícola na Amazônia

Para compreendermos a forma como a agricultura moderna vem se efetivando na região Amazônica, faz-se necessário identificar os principais mecanismos promotores desse processo. Nesse sentido, consideramos fundamental o papel desenvolvido pela ideologia dominante, fortemente marcada pelo discurso da produção e do sucesso econômico.

Hoje, os novos instrumentos de dominação adotados pelo capital estão mais eficientemente elaborados. O avanço da agricultura moderna na Amazônia, como das demais formas de implantação do capital por meio da tecnologia, tem sido sofisticadamente antecipado e apoiado pela ideologia. Entre as concepções elaboradas por esse sistema ideológico, podemos ainda mencionar a falsa necessidade de consumo e o ilusório sucesso econômico de um modelo produtivo insustentável socioeconômica e ambientalmente.

Ao analisar a forma de penetração dos novos modos de produção capitalista, Santos (2004) identifica a forte presença da ideologia de consumo como antecipação do sistema produtivo moderno. “Para fazer sua entrada, o modo de produção tecnológico pode simplesmente utilizar-se da ideologia do consumo mediatizada pelo comércio, mesmo que não haja produção local correspondente” (p. 21). A falsa necessidade cria condições adequadas para a implantação de modelos produtivos que visam explorar as situações anteriormente potencializadas. Mas o quadro se agrava mediante cenário produtivo sem nenhum vínculo com o mercado regional, como vem ocorrendo com o moderno cultivo da soja na região amazônica.

Santos (2004) pontua duas dimensões de abrangência da ideologia utilizada pelo capital, o nível do “Estado” e o nível da “nação”. O primeiro é utilizado intensamente pelos organismos do governo que destacam a produção de *commodities* agrícola, como o grande responsável pelo crescimento econômico. O segundo está vinculado ao consumismo dos indivíduos, dos produtores, e de uma grande cadeia envolvida nesse processo, mas que poucos conseguem benefícios significativos.

Dessa forma, a implantação do grande capital na região amazônica, por meio da modernização agrícola, tem sido precedida pelo *slogan* do sucesso econômico e do aumento do consumo originado do comércio externo de produtos agrícolas, sem vislumbrar grandes alternativas que correspondam às necessidades locais.

Esse processo de modernização se efetiva por meio do apoio jurídico e financeiro do Estado, o qual justifica os gastos públicos com a atividade moderna como investimentos em prol do desenvolvimento do país. Elias (2003) demonstra a forma como o Estado justifica os gastos públicos com o processo de modernização agrícola voltada para a exportação:

Com a difusão da idéia de que os investimentos para a construção das condições indispensáveis para inserção do Brasil na nova ordem mundial trariam, em contrapartida, os recursos necessários ao desenvolvimento geral do país, justificam-se os gastos públicos em benefício de alguns agentes econômicos, entre os quais, aqueles voltados à modernização da produção agrícola e agroindustrial direcionada à exportação (ELIAS, 2003, p. 324).

A autora ressalta que esse processo resulta em crescimento econômico considerável, porém com conseqüências sociais e espaciais graves, ocasionando o empobrecimento de parte significativa da população e a construção de um espaço diferente do afetado pelo processo de modernização.

Dessa forma, a relação entre sociedade e natureza é intensamente deturpada, com conseqüências potencialmente devastadoras a serviço da manutenção do capital, inevitavelmente expresso nas relações sociais de trabalho.

A análise de Mészáros (2004) é relevante para a compreensão do referencial ideológico sobre o qual se apóia o processo de modernização agrícola e para o entendimento da forma de organizar e perpetuar as relações sociais e da manutenção de instrumentos de controle e dominação. O autor considera que o que se espera da ideologia dominante não é o verdadeiro reflexo do mundo social, com representações transparentes dos principais agentes sociais e seus conflitos hegemônicos. Para tanto, fornecem apenas uma explicação superficial, para que se possa manter a estabilidade da ordem estabelecida.

Nesse sentido, é de suma importância para a ideologia dominante manter, mesmo que aparentemente, a ausência de conflitos, em especial nas regiões de fronteira na Amazônia, onde avançam intensamente formas de reprodução ampliada do capital, como o processo de modernização agrícola.

A região amazônica, em particular as fronteiras de ocupação, por apresentar uma grande diversidade sociocultural e compor um espaço de desencontro, torna-se um ambiente de intensa instabilidade. O desencontro não só das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um dos grupos humanos, mas de temporalidades históricas, pois cada grupo está situado diversamente no tempo da história. Dessa forma, a fronteira tem sido cenário de intenso conflito social e essencialmente “o lugar da alteridade” (MARTINS, 1996). Mesmo assim, a ideologia dominante procura por meio de diversos mecanismos atenuar tal cenário, para que se possa efetivar a reprodução capitalista.

Esse cenário de instabilidade é mencionado no programa do governo atual para a Amazônia (Plano Amazônia Sustentável), no qual fica patente que a redução da alteridade na Amazônia se faz necessário para a implementação das inovações:

A contínua geração de inovações, por exemplo, depende de intrincadas relações de cooperação ao longo das cadeias produtivas e na relação entre empresários, trabalhadores e governos, o que tende a não ocorrer em ambientes conflituosos, em que os custos de transação são extremamente elevados (BRASIL, 2004, p. 53).

No entanto, a preocupação em minimizar a situação conflituosa não parte da precária situação vivenciada pelos grupos sociais que habitam esse espaço, mas sim da necessidade de se criar condições adequadas para a reprodução do capital, ou seja, a condição humana permanece em segundo plano.

São também ofuscadas pela ideologia dominante as negativas conseqüências sociais do processo de modernização agrícola, pois mesmo que a transformação predominante se dê na substituição do trabalho não-qualificado pelo qualificado, envolvendo grande dispêndio de capital, o assunto pode ser ignorado com relativa segurança dado o ambiente de euforia provocado pela expansão econômica. Conseqüentemente, toda miséria gerada em função do desemprego, formas precárias de ocupação e alteração espacial pode ser capitalisticamente justificada em nome de um futuro de consumo amplo para todos.

E foi assim, em ambiente eufórico, que os grandes projetos de exploração se implantaram na Amazônia, e têm sido recebidos, com a mesma euforia pela classe dominante da região, os atuais projetos de agricultura moderna. Conduzindo dessa forma aos mesmos erros do passado sistemas produtivos predatórios, desvinculados da realidade local e insustentáveis a longo prazo.

O processo de modernização tem comportado uma enorme gama informacional, criando fixos e fluxos cada vez mais variados, multiplicando a informação de maneira ilimitada e instantânea, o que nem sempre propicia uma maior compreensão da realidade, muito pelo contrário, confunde uma leitura consciente da sociedade.

A informação, conforme defende Morin (2003), tem se tornado diasporizada e degradada, pois há multiplicação de informação do formato jornalístico, que não serve a princípio para outra coisa senão “informar”, multiplicando informações escamoteadoras, fabulosas, entre outras, por meio das mídias. Essas multiplicações informacionais se expandem sem a menor preocupação com as necessidades comportadas pelos receptores, podendo se dissipar e se dispersar. O autor faz questão de salientar que tal sistema de comunicação faz parte de um comando social e que concerne a estratégias de disseminação e conseqüente dominação.

Essa multiplicação de informação deveria a princípio propiciar o aumento da variedade e conseqüentemente ampliar a complexidade fundada na comunicação. Porém, em função da sobrecarga em heterogeneidade e em número, tal diversidade, se transforma em dispersão, desordem e incoerência, produzindo barulho que confunde a compreensão da realidade. É a essa confusão que se refere Morin:

A parte maior dessa nebulosa não somente se dissolve em barulho, mas inclusive faz barulho na enorme massa de ‘informações’ no sentido jornalístico, ou seja, submerge, desarticula, confunde toda possibilidade de compreender o mundo e a sociedade (2003, p. 409).

O autor alerta para o fato de que todo esse ganho informacional possui um preço e ele é pago de certa forma com a desordem, ou seja, todo aumento de informação implica aumento de organização e desordem no mundo.

Nesses termos, Machado (1999) aponta o incremento da rede de telecomunicação na Amazônia como um dos principais agente promotores do desenvolvimento regional, no entanto ressalta que as conexões e fluxos são mais intensos entre as grandes cidades da região amazônica e o Centro-Sul do país do que entre as cidades locais e seu entorno. Isso evidencia o preço pago por esse aumento da informação conduzido pelo processo de modernização, atrelado à dependência externa e sob o comando ideológico de um grande centro.

A desordem em função desse processo foi notável, pois as antigas formas de organização foram destruídas para atender às necessidades de reprodução do capital. Incrementou uma vasta rede informacional, mas não possibilitou o acesso de expressiva parcela da população, e quando ocorre é criando ambiência para antecipação do novo ou para confundir a sociedade.

A Modernização Agrícola na Região Amazônica

A expansão da territorialidade da agricultura capitalista se desencadeou a partir da década de 1960, momento em que as políticas governamentais, voltadas para o crescimento econômico e para a integração do estado à política nacional, e principalmente para a região que se tornava a fronteira do país, tinha como objetivo a produção de *commodities* para exportação, a fim de equilibrar a balança comercial brasileira e, paralelamente, atender à dinâmica e às necessidades de mobilidade do capital nacional, associado ao capital transnacional.

Esse modelo produtivo, que se consolidou definitivamente nos cerrados da Região Centro-Oeste, hoje se apresenta em pleno avanço em direção à Região Norte, em especial, ao estado do Pará. A agricultura comercial tem se expandido nessa região em virtude do pouco adensamento populacional no campo, presença de terrenos com topografia relativamente plana, grande disponibilidade de terras, latifúndios improdutivos, terras devolutas e principalmente as políticas creditícias e fiscais subsidiadas pelo Estado.

A baixa resistência proporcionada por atividades pouco territorializantes, como a pecuária extensiva e algumas práticas extrativistas, antes existentes, tem contribuído para uma rápida implantação das culturas modernas, altamente tecnificadas. No caso do sudeste paraense, destaca-se a especialização da cultura do milho, do arroz e da soja, com tendência a predomínio da última, em virtude da exigência do mercado externo.

Ainda contribuindo para o estabelecimento desse modelo produtivo, identifica-se o fato de o campo hoje tornar-se mais receptivo ao capital e difundir-lo rapidamente, acarretando novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais e novas formas ocupacionais.

Apoiado no argumento de Silva, de que “o capital não se fixa em topo de montanha, encostas escorregadias, ou baixadas inundadas, ele sempre se apoderará das melhores formas” Silva (2001, p. 43), pode-se afirmar que isso justifica em parte a expansão da soja na região sudeste do Estado do Pará, nesse processo de modernização o capital se apropria das terras com melhor topografia, contribuindo para a mecanização.

Neste trabalho, a modernização agrícola é entendida como o incremento do “uso intensivo de técnicas, tanto organizacionais quanto em forma de objetos técnicos, como máquinas e insumos. Além disso, tem como objetivo principal o lucro, a acumulação, especializando-se em geral em um ou dois produtos” (ARRUZZO, 2005, p. 68).

Com a introdução de ciência, tecnologia e informação na atividade agrícola, em especial a cultura da soja, efetivou-se uma contínua renovação das forças produtivas, que começaram a responder com velocidade às necessidades colocadas pelo grande capital do setor, resultando no aumento da produção e da produtividade.

Com a pesquisa tecnológica, foi possível reestruturar os equipamentos empregados na agricultura, transformando os tradicionais sistemas agrícolas e ampliando a possibilidade de realização da mais-valia mundializada, por meio de um processo de fusão de capitais com os demais setores.

Analisando a modernização da agricultura, Elias (2003) afirma que o espaço rural, por ter sido desigualmente atingido pela difusão das inovações, não se homogeneizou. Formou-se, assim, um espaço seletivo, com forte concentração territorial, propiciando conseqüentemente a concentração de renda no meio rural, conduzindo a geração de maior desigualdade social.

A utilização das inovações tecnológicas tem resultado em mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho, transformando as paisagens da Amazônia, em especial o sudeste paraense, agora com tecnificação expressiva e maior conexão com o capital externo.

Com a introdução da agricultura agroexportadora, tem-se iniciado um processo de alteração no uso e ocupação dos solos no Estado do Pará, com a implementação de modernas técnicas no cultivo de grãos. Dessa forma, processa-se a substituição de culturas voltadas à demanda do mercado

interno, pelas culturas destinadas à exportação, com preços mais competitivos no mercado internacional. Assim ocorre uma desvinculação da produção agrícola regional do consumo alimentar, haja vista que a limitada demanda regional é dependente de mercados externos, uma vez que a atividade agrícola priorizou atender à demanda do mercado internacional, que passou a compor as diretrizes da agricultura regional.

A magnitude do capital financeiro e industrial implantado na Amazônia, associado à força de trabalho que para a região migrou, forneceram os sustentáculos de sua modernização, em função dos propósitos de parte da classe dominante local e de empresas multinacionais que passaram a dominar os setores ligados à agricultura moderna, sustentado pelo apoio técnico, jurídico e financeiro do Estado.

É importante destacar que o processo de modernização da agricultura na Amazônia tem alterado significativamente a estrutura fundiária, promovendo um reforço da concentração de terras, em virtude da expulsão forçada de famílias de pequenos produtores rurais que seguem em direção às cidades da região ou adentram em direção às frentes de expansão. Essas terras são, a partir de então, ocupadas pelos grandes empresários rurais que passam a reordenar o espaço econômico e político da região, intensificando as desigualdades sociais.

Tudo isso contribui para a manutenção das elites agrárias modernas no poder, que incentivaram as migrações campo-cidade, facilitando o modelo agroexportador adotado e conseqüentemente aliviando as tensões sociais no campo, assegurando mão-de-obra barata para o empresariado urbano e rural. Mendonça (2002) aponta que no cerne dessa questão está a desterritorialização do trabalho respondendo às necessidades de acumulação do capital, que historicamente promoveu a migração forçada dos trabalhadores (pequenos produtores rurais), resultando em expropriação fundiária que ‘esvazia o campo e urbaniza a sociedade’.

A modernização técnica do campo tem possibilitado aumentar a fluidez do território, facilitando dispersão espacial da produção e, conseqüentemente, conduzindo às especializações regionais, o que propicia a implantação da agricultura comercial, como no sudeste paraense, sendo que nessa região a difusão de inovações técnica tem ocorrido de forma mais veloz e complexa, com continua renovação das forças produtivas, que respondem rapidamente às necessidades apresentadas pelo capital internacional.

A Modernização Agrícola e as Mudanças Socioeconômicas no Espaço Urbano-Rural Amazônico

A agricultura moderna vem impondo profundas mudanças no espaço agrário, voltadas especialmente para o desenvolvimento do modelo empresarial na agricultura, que refletem na redefinição de importantes elementos na organização socioeconômica e espacial. Resultante de um grau de crescimento econômico impressionante, consubstanciado pela expansão do meio técnico-científico-informacional, disseminado por meio da nova lógica do capital, que absorve novos lugares e impõe as regras da produção competitiva, objetivando por meio da reestruturação produtiva e reorganização espacial ampliar os ganhos do grande capital nacional e multinacional.

A região amazônica vem se inserindo nessa nova organização espacial, podendo ser destacados alguns espaços dinâmicos, como o norte do Estado de Mato Grosso, os Estados do Tocantins, Maranhão e Rondônia, os cerrados dos Estados do Amazonas e Roraima e a região sudeste do Estado do Pará, caracterizados pela adoção de um modelo racional e competitivo na agricultura (BECKER, 2004, 2005). Alvo de diversos investimentos, esses espaços têm presenciado intenso processo de reestruturação socioeconômica, com destaque para as modernas técnicas produtivas, rompimento com as práticas de trabalho agrícola tradicional e ampliação da relação campo e cidade.

As transformações ocasionadas no campo vão conduzir uma melhoria nos fixos e uma dinamização nos fluxos; tais mudanças serão refletidas de maneira intensa no espaço urbano. Esse espaço

também expressará tanto a dinamização econômica, tornando as cidades locais o centro da gestão e circulação das riquezas originadas no campo, como das contradições geradas por formas desiguais de produção no campo. Pereira Júnior (2005) aponta transformações expressivas ocorridas no espaço urbano decorrentes da modernização agrícola. Apesar do aspecto dinamizador da economia, o autor não deixa de mencionar as conseqüências advindas da reestruturação socioespacial, particularmente, o incremento populacional decorrente do intenso fluxo migratório, atraídos pelas promessas de uma melhoria da condição de vida e oportunidade de emprego:

Uma vez iniciada a reestruturação produtiva imposta pela modernização da agricultura, seu reflexo na cidade não tarda a se materializar, pois diante do recente arranjo econômico, novos meios de produção e consumo acabam estimulando o crescimento dos equipamentos, o dinamismo dos movimentos e a expansão das atividades modernas. Por outro lado, malgrado os avanços sofridos pela economia urbana, cria-se uma significativa pressão migratória responsável por transformações importantes no quadro socioespacial. O processo revela as alterações urbanas pelo advento da agricultura moderna, indicando que a cidade tende a expressar tanto as riquezas como as contradições produzidas pelo campo (PEREIRA JÚNIOR, 2005, p. 2).

À medida que o campo se moderniza, requerendo um conjunto de infra-estruturas para produção, o mecanismo territorial da oferta e demanda de bens e serviços tendem a ser significativamente maior. Com a modernização do campo, o consumo produtivo tende a se ampliar e a representar uma parcela expressiva das trocas entre os lugares da produção agrícola e as cidades.

É nesse sentido que Santos (2005, p. 55) afirma que “o consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário adapta-as”. O autor avalia que o espaço urbano é transformado pela presença de equipamentos não urbanos, resultante da modernização agrícola, geralmente firmas de capital multinacionais, dotadas não só da capacidade de adaptação ao local, como também da força de modificação estrutural, por deter o poder da inovação tecnológica e de transformação e influência na esfera política, conseqüentemente no âmbito econômico. A presença dessas grandes firmas impõe-se sobre o território, proporcionando alterações rápidas e brutais no espaço em que se inserem e de imediato ao mundo do trabalho.

Com a modernização do campo pelo uso intenso de ciência e novas técnicas, a cidade local torna-se o lugar de regulação do que se faz no campo, sendo necessário dar respostas imediatas às demandas do mundo rural. Nesse sentido, referindo-se à cidade local, Santos (2005) destaca sua importância na divisão do trabalho agrícola, em função das exigências do campo. Ressaltando toda reestruturação imposta a essas cidades, afirma que “[...] tudo isso faz com que a cidade local deixa de ser a cidade no campo e transforme-se na cidade do campo” (p. 57).

A cidade do campo passa a desempenhar um papel de intensa interação, proporcionando agilização na produção, circulação, consumo, respondendo também pela crescente urbanização, porque aumenta a quantidade de agricultores que residem nas cidades. Paralelamente, essas cidades passam a abrigar grandes problemas sociais, como a falta de emprego ou formas precarizadas de ocupação.

Isso ocorre, também, pelo fato de as cidades locais serem criadas muito mais para servir à produção agrícola da região do que precisamente à sua população. Como conseqüência, observa-se uma grande metamorfose e o crescimento das cidades próximas às produções agrícolas modernas, o que conduz a um novo patamar das relações de campo e cidade, podendo ser notado mediante os círculos de cooperação estabelecidos entre os dois espaços (ELIAS, 2003, 2005).

A modernização agrícola impõe novas relações entre a cidade e o campo. Redefinindo o consumo no campo, atendendo às demandas até então inexistente, adaptando as cidades ao tipo de consumo exigido pelas produções agrícolas mais próximas. Concomitantemente, é a cidade que realiza toda a regulação necessária à vida no campo, dando-lhe respostas cada vez mais rápidas.

É importante ressaltar que, na Amazônia, o novo cenário urbano-rural imposto pela modernização do campo, como anteriormente exposto, só recentemente tem se configurado, pois, como

UFMT - Biblioteca Central
 HEMEROTECA

diversos autores afirmam, as cidades desempenharam papel primordial no processo de ocupação e avanço das frentes de expansão. Cumpre mencionar que num primeiro momento as cidades possuíam maior poder de influência sobre o campo, configurando-se como os nós com função de controle dos assalariados, sustentando a mobilidade sem dar-lhes acesso à propriedade da terra, tornando-se a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social (RIBEIRO, 2001; BECKER, 2001; MACHADO, 1990; OLIVEIRA, 2000).

Apesar dessas fronteiras já nascerem urbanas em função do papel que as cidades desempenhavam na região, a partir da implementação da agricultura moderna esse processo se acentua, em decorrência da atratividade que essa nova atividade exerce e das relações que passam a configurar.

Nesses termos, essas cidades transformam-se no lugar da confluência entre o sistema local de produção e o comércio internacional manipulado pelas multinacionais, lócus das forças transformadoras que chegam e das que resistem, concretizando um modelo contraditório desencadeado a partir do campo, assinalado tanto pela modernidade seletiva extremamente privilegiadora, como pela constante luta entre o novo e o velho e no rearranjo do espaço urbano, materializando os elementos da reestruturação produtiva e territorial imposta pela agricultura moderna.

A implantação dos grandes projetos de exploração de recursos naturais na Amazônia necessitou da criação de infra-estrutura básica que possibilitasse ao capital ocupar produtivamente o espaço. Foi também necessário que se constituísse um mercado de trabalho adaptado à lógica capitalista de produção, uma vez que as relações de produção desenvolvidas até então predominantes na Amazônia não se mostravam favoráveis à forma de reprodução capitalista.

A urbanização e o deslocamento populacional para Amazônia foram elementos da criação de um mercado de trabalho ao modo capitalista, conferindo às cidades o mecanismo de apoio à arremetida ação do capital, “a cidade se configura como lócus de concentração de mão-de-obra no espaço para o momento em que as atividades produtivas capitalistas que se iniciavam na Amazônia dela precisassem” (SOUZA, 2000, p. 84).

Um mercado de trabalho composto por uma força de trabalho extremamente flexível e de alta mobilidade conduz a uma precária mobilização, sendo as cidades o único espaço de ressocialização dos migrantes e possibilidade de inserção no mercado de trabalho (BECKER, 1990).

Diante desse contexto de modernização, as cidades na Amazônia se tornam, além do mencionado elemento na efetivação da expansão do capital, o ponto de refúgio, o único apoio para uma massa desterritorializada. ‘Continua sobrando gente no vazio’.

A Atividade Agrícola Moderna e as Relações Sociais de Trabalho

A agricultura moderna de países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento cresce forçosamente orientada para o mercado mundial, necessariamente em direção à agroindústria intensiva de capital. Dessa forma, acentua-se também no setor agrícola a concorrência, a concentração de capital nacional e internacional. Isso tem conduzido ao aumento da renda de um limitado grupo e levado parte expressiva da população rural a viver abaixo da linha da pobreza.

A busca cada dia mais incessante pelo lucro desvalorizou há muito tempo a oferta de mão-de-obra barata nos países pobres, pois as empresas, para minimizarem os custos, estão liberando mão-de-obra, esse processo se efetiva mediante a adoção da elevada automatização.

Isso conduz ao grande problema dos países pobres, o que hoje faz sofrer as massas não é a exploração capitalista de seu trabalho produtivo, mas a ausência dessa exploração (KURZ, 1999). De acordo com o autor, esse grupo social se mantém à margem de qualquer sistema de reprodução coerente, não se encaixando em nenhuma forma de organização social. Esse é, então, o elemento promotor da grave crise atual, associada à alta produtividade alcançada pela mediação da concorrência.

É importante salientar que a modernização técnica por meio da pesquisa industrial em grande escala encomendada pelo Estado torna-se a principal força produtiva adotada pelo grande capital, e que muito raramente chega ao pequeno produtor. Dessa forma, a força de trabalho dos produtores imediatos perde cada vez mais sua representação.

A implantação de máquinas sofisticadas na produção agrícola não pode substituir totalmente os trabalhadores; ao contrário, a sua adoção utiliza-se de trabalho intelectual do trabalhador. Nessa interação, os atributos intelectuais são apropriados pelo capital. Nas relações de trabalho da agricultura moderna essa classe é considerada privilegiada. Esse processo de retro-alimentação impõe ao capital uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, polivalente e flexível, que deve ser explorada de forma mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos mais tecnologicamente incrementados (ANTUNES, 2003).

Se, na parcela aparentemente estável da força de trabalho que exerce o trabalho intelectual, a flexibilização das relações sociais de trabalho está presente, a situação é muito mais intensa nos estratos precarizados da força de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em situação de instabilidade, como os trabalhadores temporários nas culturas modernas.

Essa força de trabalho posta para fora de ação não pode mais reintegrar economicamente ao mercado, se vê excluída de toda reprodução humana digna, pois a ampliação do modo de produção ultrapassou o limite de saturação. A incorporação do setor agrícola na política de racionalização empresarial foi responsável em grande parte por esse processo observado. Nesse sentido, a via alternativa desses trabalhadores é buscar se reintegrar às formas precárias de ocupação nas cidades médias e pequenas.

Dessa forma, o sistema produtor de mercadorias destrói sua própria base, pois a apropriação desses bens está associada diretamente ao poder de compra, ou seja, os salários ganhos pelos trabalhadores.

A modernização da atividade agrícola tem reforçado o caráter capitalista de propriedade particular da terra, acentuando a concentração fundiária, com grande parte das terras agricultáveis sob o domínio dos empresários agrícolas, gerando profundas alterações nas relações sociais de produção.

Com o avanço da modernização agrícola, tem ocorrido a expulsão de número significativo de trabalhadores do campo que, por sua vez, garante uma importante oferta da força de trabalho temporário, o que implica em novas expulsões de trabalhadores permanentes, enfatizando a ampliação do trabalho agrícola não rural, expressão maior da proletarização do trabalhador agrícola nas últimas décadas.

Elias (2003) indica que a proletarização do trabalhador agrícola decorrente do avanço da agricultura moderna tem ocasionado graves prejuízos sociais:

[...] especialmente com a proliferação do trabalhador agrícola que reside na cidade e só tem emprego temporário, como a mais devastadora das conseqüências sociais da marcha de modernização da produção e do consumo da atividade agropecuária ocorridos no país, nas últimas quatro décadas (ELIAS, 2003, p. 264).

O trabalho temporário expressa, dessa maneira, uma importante característica da nova divisão social e territorial do trabalho agrícola promovida pela modernização da agricultura na região amazônica, como também um dos componentes constantemente presentes no processo de expansão de novas formas de produção, marcada fortemente pela proletarização dos trabalhadores agrícolas.

Nesse sentido, novamente reafirmamos a propositura desse texto, que é discutir a repercussão socioeconômica e espacial dessa nova forma de produção na região amazônica, especialmente no que concerne aos trabalhadores agrícolas temporários que residem no espaço urbano.

Modernização agrícola e transformações no mundo do trabalho na Amazônia

A partir da década de 1960 a região amazônica, e particularmente o sudeste do estado do Pará, vai se apresentar como o espaço de maior absorção, concentração populacional e formação de municípios em relação às demais regiões do estado. Foi a região que mais impacto recebeu em nível das transformações em curso, sendo o espaço onde a ação capitalista, a transferência de populações e o crescimento demográfico foram mais acentuados.

A região sudeste do estado apresentou no período entre 1950 a 1991 o maior índice de crescimento populacional em proporção às demais regiões, o que comprova a condição de fronteira. Para reafirmar este cenário, encontram-se nessa região os maiores índices de novos municípios formados (SOUZA, 2000).

A partir desse período, Coelho et al. (2003) asseveram que as estratégias de modernização para a Amazônia aumentaram o ritmo e alteraram a forma pela qual se desenvolviam na região os processos de reestruturação espacial, de mudanças nos comportamentos migratório e espacial.

A reestruturação produtiva e urbana ocorrida recentemente na região sudeste do estado está intimamente vinculada à inserção do país no capitalismo global, decorrente de um novo papel que vai ser dado à região na divisão social do trabalho.

No caso específico do sudeste paraense, a implantação de projetos de exploração de recursos econômicos associados ao mercado externo, como o Ferro-Carajás, necessitou de infra-estrutura básica que possibilitasse ao capital ocupar produtivamente o espaço. Foi também necessário que se constituísse um mercado de trabalho adaptado à lógica capitalista de produção, uma vez que as relações de produção desenvolvidas até então predominantes na Amazônia não se mostravam favoráveis à forma de reprodução capitalista.

A constituição de uma malha rodoviária e o conseqüente deslocamento populacional para essa fronteira foram os principais contribuintes em consolidar essa necessidade do capital:

Como o mercado de trabalho regional não estava constituído e nem adaptado à lógica da produção capitalista, os novos agentes econômicos precisaram primeiramente desorganizar o espaço para depois reorganizá-lo da forma que lhes interessava. A transferência de populações de outras áreas, a expropriação de frações da população nativa e a apropriação privada da terra vai se constituir como um dos mecanismos de reorganização do espaço regional. [...] precisou criar um mercado de trabalho, com uma massa de trabalhadores livres, despossuídos de qualquer meio de produção, como única forma de torná-los assalariados e adaptados ao desenvolvimento pretendido (SOUZA, 2000, p. 84).

O autor aponta a urbanização e o deslocamento populacional para a Amazônia como elementos da criação de um mercado de trabalho ao modo capitalista, conferindo às cidades o mecanismo de apoio à arremetida ação do capital, “a cidade se configura como lócus de concentração de mão-de-obra no espaço para o momento em que as atividades produtivas capitalistas que se iniciavam na Amazônia dela precisassem” (SOUZA, 2000, p. 84).

No caso da Amazônia, Oliveira (2003) defende que não foram as condições naturais os fatores determinantes das precárias condições de trabalho no interior da Amazônia e nas suas cidades, mas o intenso processo de exploração imposto pelas formas de reprodução capitalista.

Em virtude do poder dos interesses capitalistas dominantes no mundo do trabalho, mesmo com o crescimento econômico, a base social das desigualdades permanece intocável. Em conseqüência, mesmo o impacto potencialmente benéfico dos próprios fatores da modernização tem sido anulado pelas determinações da ordem social dominante.

Ao analisar as transformações resultantes da implantação dos modernos projetos de exploração em região de fronteira na Amazônia, Piquet (1998) elucida a ação do poder capitalista dominante,

representado pelas grandes empresas, associado ao descompromisso do poder público com a população expropriada, não possibilitando o alcance de ganhos sociais significativos.

A equidade nessas regiões de fronteira, onde predomina a alteridade, torna-se algo ainda mais ilusório em face da violência que essas pessoas têm sido vítimas. Dessa forma, a organização social em região de fronteira tem se apresentado extremamente comprometida.

O crescimento econômico proporcionado por meio do processo de modernização apresenta-se perfeitamente compatível com os níveis crescentes de miséria. Esse processo tem sido apoiado solidamente na forma da lei. Piquet (1998, p. 152) destaca a cumplicidade do poder público na manutenção da ordem estabelecida: “Todos os recursos públicos e da Lei continuam sendo usados para perpetuar uma ordem social nitidamente concentradora e excludente”.

Na concepção do mesmo autor, os problemas econômicos e sociais presentes na Amazônia, e, particularmente, na região sudeste do estado do Pará, é reflexo de problemas gerados em outras regiões do país. A autora desmistifica a causa desses problemas, sempre condicionados ao intenso fluxo migratório:

Os fluxos migratórios que recebe são ínfimos se comparados com os que se destinam aos maiores centros urbanos do Centro-Sul. No entanto, essa fronteira riquíssima em terras e minérios virou sinônimo de superpopulação e miséria. *‘Para as maiorias continua faltando emprego, terra e apoio. Sobre gente no vazio’* (PIQUET, 1998, p. 152).

Tal cenário demonstra a carência de políticas públicas e privadas realmente comprometidas socioeconômica e culturalmente com a população local, na busca de um desenvolvimento que não vise apenas aos próprios objetivos e à delirante corrida ao lucro, à custa de milhares de vidas de trabalhadores ceifadas no conflito pela posse da terra.

É importante ressaltar que a oferta de postos de trabalho formada pela atividade capitalista não foi suficiente para absorver a população que para essa região se deslocou, pois se sustentaram com modernas tecnologias poupadoras de força de trabalho; dessa forma, a urbanização se processou por meio do desemprego e de intensa pobreza.

O pouco desenvolvimento do mercado de trabalho concorre para a multiplicação de atividades informais, que se mostram como atividades de grande relevância na contenção do desemprego e única estratégia de reprodução de uma parcela expressiva da população, não sendo suficiente para suprimir a pobreza ou mesmo atenuá-la.

É imprescindível citar os estudos de Becker (1990) sobre a região Amazônica e em especial as conseqüências da mobilidade do trabalho. Ao analisar as relações de trabalho em região de fronteira, a autora assinala um quadro em que o mercado de trabalho é composto em grande parte por indivíduos móveis, polivalentes, compondo uma força de trabalho flexível. Essas condições, associadas à alta mobilidade desses trabalhadores, conduzem a uma precária mobilização, sendo as cidades o único espaço de ressocialização dos migrantes e possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

A implantação dos grandes projetos de exploração nessa região de fronteira criou condições potenciais para o avanço da agricultura moderna, que agora possui a sua disposição um mercado de trabalho adaptado à lógica capitalista de produção, marcado em especial pelo excedente da força de trabalho. Esse é o cenário resultante do processo de modernização da região sudeste do estado do Pará, decorrente da incorporação da região ao sistema econômico global.

Considerações Finais

Podemos considerar que a atividade agrícola moderna tem proporcionado grande dinamização das economias regionais na Amazônia. No entanto, é válido ressaltar que a transformação socioeconômica e espacial conduzida por este processo tem levado, entre outras conseqüências, ao estrangulamento do tecido urbano por meio do intenso processo migratório, formas precárias de ocupação dos trabalhadores temporários no período da entressafra, além do caráter não emancipatório do trabalhador e a não socialização dos benefícios.

Constatamos que o cenário construído com o avanço da agricultura moderna na região amazônica apresenta-se potencializado em função da criação dos grandes projetos, enclaves responsáveis por criar condições favoráveis ao avanço da agricultura moderna, que agora possui a sua disposição um mercado de trabalho marcado em especial pelo excedente da força de trabalho.

O processo de modernização agrícola, ao avançar em direção ao ambiente de floresta da Amazônia, acentua os impactos socioeconômicos e ambientais já registrados nas áreas de cerrados, impactos ainda não avaliados profundamente na região dos trópicos úmidos.

Entre os impactos da agressiva implementação de uma política de modernização técnico-organizacional, que tratou o espaço de forma homogênea, podemos mencionar o profundo desrespeito pela diversidade social, cultural e ambiental, desestruturando comunidades locais, população indígena, conhecimentos elaborados por meio de longo tempo e da própria população residente nos espaços urbanos, em decorrência do intenso fluxo migratório.

A modificação das bases técnicas e, fundamentalmente, das relações sociais de produção, aliadas à carência de políticas públicas e privadas realmente comprometidas com a população local, na busca de um desenvolvimento inclusivo, têm gerado um número elevado de desempregados e formas precárias de ocupação. Toda essa reestruturação regional tem sido apoiada por políticas de desenvolvimento econômico orientadas pelo Estado, deixando como marca uma acentuada desigualdade social, um custo ambiental e humano elevado, em função do conflito ambiental e da posse da terra.

Como as cidades tendem a expressar tanto a riqueza como as contradições geradas no campo, o que vemos hoje nas cidades da Amazônia nada mais é do que reflexo do desenvolvimento paradoxal desencadeado a partir de políticas efetivadas no campo.

Dessa forma, ao se buscar políticas para a solução dos problemas urbanos, deve-se reportar obrigatoriamente à dimensão rural, ou seja, devem ser igualmente contemplados o campo e a cidade, respeitando as especificidades de cada espaço. Nesse sentido, para rompermos com as formas precárias de ocupação nas cidades amazônicas é essencial repensarmos o papel da agricultura modernizada, que tem se encarregado da manutenção do modelo produtivo capitalizado na região.

A Amazônia por diversas vezes deu provas de que as propostas de desenvolvimento homogêneo não encontram sucesso, mas insistentemente os modelos produtivos continuaram a buscar essa abordagem. É preciso compreender que a Amazônia não é um imenso espaço uniforme, em que uma única política para toda região apresenta resultados promissores, o todo amazônico é composto por uma diversidade socioambiental gigantesca.

No entanto, para mudar o presente quadro, faz-se necessário implementar um novo modelo de produzir apoiado em ciência e tecnologia, informação e educação, capaz de conduzir ao crescimento econômico, com inclusão social e mantendo a sustentabilidade ambiental. A introdução de novas tecnologias deve ser pensada em diversos níveis de complexidade técnica, adequadas às especificidades de cada espaço e comunidade, por meio de uma regionalização consistente. O processo de difusão das inovações deve ocorrer de forma espacialmente democrática, orientada por interesses nacionais seriamente comprometidos, valorizando a diversidade, o conhecimento e a cultura local.

A valorização da cultura local e do conhecimento tácito, a diversificação da produção, a capacitação de recursos humanos, a agregação de valor aos produtos florestais e sua interconectividade à procura da complementaridade, conduzidos por uma modernização profundamente compromete-

tida com toda a sociedade, são desafios que se colocam na busca da compatibilização da expansão econômica com os princípios da sustentabilidade social e ambiental, de modo a conduzir ao desenvolvimento sustentável.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003b. (Coleção Mundo do Trabalho)
- ARRUZZO, Roberta Carvalho. Relações entre técnica, trabalho formal e espaço na agricultura moderna em Mato Grosso - Brasil. In: SILVA, C. A. et al. **Formas em crime**: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005.
- BECKER, Bertha. A fronteira urbana e a mobilidade do trabalho. In: _____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990, p. 44-64.
- _____. Amazônia: desenvolvimento e soberania. In: REZENDE, F.; TAFNER, P. (Orgs.). **Brasil: o Estado de uma Nação**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2005, p. 201-249.
- _____. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- _____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT) – Centro de Estudos Estratégicos (CEE). **Parcerias e Estratégias**. Brasília, MCT/CEE, n. 12, set. 2001, p. 135-159.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Amazônia Sustentável**: diagnóstico e estratégia. Brasília, 2004. 1 v.
- BRITO, Daniel Chaves de. **A modernização da superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2001 (Prêmio NAEA-Teses/Dissertações 2000).
- COELHO, Maria Célia Nunes. et al. Estratégia de modernização na Amazônia e a (re)estruturação de municípios: o caso de empresas minero-metalúrgicas e de energia elétrica. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP, 2003, p. 657-694.
- ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EdUSP, 2003. (Coleção Campi; 21)
- _____. Dinâmica econômica e redefinição do espaço urbano no Brasil agrícola: o Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do campo. In: **Simpósio de Geografia Urbana-SIMPURB**, 9, 2005, Manaus. *Anais*. Manaus: AGB-UFAM, 2005.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MACHADO, Lia Osório. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, B. K.; MACHADO, L. O.; MIRANDA, M. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: UnB, 1990, p. 116-130.
- _____. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. **Cadernos IPPUR**, vol. XIII, n. 1, jan./jul. 1999, p. 109-138.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 8, n.1, p. 25-70, maio, 1996.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho**. Presidente Prudente: UNESP – Presidente Prudente, 2002.
- MÉSZÁROS, István. Trad. Paulo Cezar Castanheira. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 566.
- MORIN, Edgar. Trad. Ilana Heineberg. **O método 1**: a natureza da natureza. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. A geografia do centro e da margem: a produção do espaço urbano na periferia. In: _____. **Manaus de 1920-1967**: a cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer, 2003, p. 27-69.

- _____. O horizonte das cidades na selva. In: _____. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000, p. 181-206.
- PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Agricultura moderna e reestruturação do espaço urbano. In: Simpósio de Geografia Urbana-SIMPURB, 9, 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: AGB-UFAM, 2005, p. 01-18.
- PIQUET, Rosélia. A produção do espaço urbano em Carajás: sua curta e atribulada história. In: _____. **Cidade Empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 129-157.
- RIBEIRO, Miguel Ângelo. A rede urbana amazônica: da rede dentritica à configuração de uma rede complexa. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p. 369-389.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2005.
- _____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2004 (Milton Santos; 5).
- SILVA, Lenyra Rique. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).
- SOUZA, Carlos Augusto da Silva. Ocupação e modernização no Estado do Pará. In: _____. **Urbanização na Amazônia**. Belém: UNAMA, 2000, p. 67-110.